

# EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO E DE INTIMAÇÃO Nº 001/2021 COM PRAZO DE 10 DIAS

Fórum: Juiz Abdias dos Santos Arruda, R. Marcos Rodrigues de Souza, 282-360, Centro, Óbidos-PA, CEP: 68.250-000. Fone: (93) 3547.1319

## Lei nº 6.830/1980

O Doutor ODINANDRO GARCIA CUNHA, MMº Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Óbidos, Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere a lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, que será levado a leilão na modalidade LEILÃO ELETRÔNICO, com acatamento de lances por meio da rede mundial de computadores através do sítio eletrônico WWW.DESEULANCE.COM, a quem mais der e melhor lance oferecer, os bens abaixo mencionado, na forma seguinte:

**PERÍODO DO LEILÃO:** de 24.julho.2021 às 10hs30min a 27.julho.2021 às 10hs30min quando ocorrerá o seu encerramento automático após o derradeiro temporário lance eletrônico. **DO LOCAL** do leilão público: o leilão eletrônico será realizado através do sítio eletrônico supra indicado mediante prévio Cadastro e Habilitação. **DA VISITAÇÃO** aos bens: de 2ª a sábado no horário comercial.

**DO CADASTRO:** os interessados em participar do leilão eletrônico deverão efetuar cadastramento prévio indispensável e gratuito, na forma determinada pelo referido sítio, enviando ao mesmo cópias escaneadas de carteira de identidade com foto, do documento do CPF ou do CNPJ se o caso, de comprovante recente do local da residência/sede em nome do próprio usuário cadastrado, o seu próprio endereço de correio eletrônico (e-mail), e confirmar os seus respectivos lances, observadas as regras estabelecidas na legislação sobre certificação digital, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento, ressalvada a competência do Juízo para decidir sobre eventuais impedimentos, sendo que os lances e dizeres inseridos na sessão on-line correrão exclusivamente por conta e risco do usuário. O cadastramento implicará na aceitação da integralidade das condições estipuladas neste edital de Leilão Público Judicial. Para garantir o bom uso do site e a integridade da transmissão de dados, o Juiz da execução poderá determinar o rastreamento do número do IP da máquina utilizada pelo usuário para oferecer seus lances...**DA LEGISLAÇÃO:** Quem pretender arrematar, adjudicar, ou remir dito(s) bem(s), deverá estar ciente de que a espécie aplicam-se os preceitos da Lei 6.830, de 22.09.1980 e, onde aplicável, do Código de Processo Civil...bem como as condições constantes no presente edital; **REGRAS GERAIS:** 1) Não alcançando ao encerrar o primeiro apregoamento eletrônico lance de valor igual ao da avaliação, seguir-se-á o segundo apregoamento no qual o bem poderá ser arrematado por quem oferecer maior lance não vil observando-se em tudo os dispositivos legais e na forma do presente Edital; 1.a) pagamento poderá ser realizado à vista ou parcelado sendo que nas ofertas de valor para aquisição em prestações o valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, 1.b) se o arrematante não pagar, no vencimento, qualquer das parcelas mensais, o saldo devedor remanescente vencerá antecipadamente, que será acrescido em cinquenta por cento de seu valor a título de multa, e, imediatamente inscrito em dívida ativa e executado...1.c) Nas execuções fiscais da Fazenda Nacional a arrematação dos bens imóveis dar-se-á mediante as condições estabelecidas no artigo 98 da Lei 8.212/91, bem como por meio do Ato Administrativo/Portaria PGFN nº 79/2014, dentre outras: ...O pagamento da arrematação, ou de sua 1ª parcela se o caso, deverá ser realizado de imediato pelo adquirente através de guia de depósito judicial à disposição deste Juízo vinculada ao processo nº 00000836019998140035...1.e) fica o Leiloeiro autorizado a cobrar no ato do leilão a realização do pagamento de imediato pelo adquirente, por depósito judicial ou por meio eletrônico, do valor da caução relativo à aquisição do bem; vale acrescentar que os pagamentos não efetuados no ato do leilão implicarão ao Adquirente faltoso as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra o mesmo; 2) O presente Edital será afixado no átrio deste Juízo no Quadro de Avisos, na íntegra, e publicado uma só vez, gratuitamente se o caso, como expediente judiciário, no Diário de Justiça Eletrônico... Edição nº 7184/2021 de 16 de Julho de 2021...3) Os imóveis serão vendidos em caráter ad corpus...sendo que a dimensão do imóvel mencionada no edital, catálogos e outros veículos de comunicação são de caráter secundário sendo assim meramente enunciativas e repetitivas as referências às dimensões constantes do respectivo registro no cartório de imóveis local...O Adquirente deverá se cientificar prévia e inequivocamente, por conta própria, das exigências e restrições de uso impostas pela legislação e órgãos públicos (municipal, estadual e federal), especialmente no tocante à legislação e preservação ambiental, saneamento, situação enfiteuticã, uso do solo e zoneamento, servidões de qualquer natureza, não ficando o Leiloeiro/Juiz/Partes, responsável por qualquer levantamento ou providências neste sentido. O Leiloeiro/Juiz/Partes não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental; 3.3) Fica portanto ciente o eventual adquirente de que o bem será alienado no estado de conservação em que se encontrar à data do leilão público judicial e sem qualquer garantia...em especial diligenciar para averiguar a existência e a dimensão de eventuais danos e/ou passivos ambientais capazes de gerar obrigações de compensação, composição, recomposição, reparação e/ou recuperação do meio-ambiente...as questões pertinentes à existência e a todas as consequências sobre o imóvel ora em alienação judicial decorrentes de eventual contrato de arrendamento e/ou de Passivos Ambientais, e tudo o mais relacionado ao imóvel... 3.6) Em caso de imóveis situado em terreno de marinha, é de responsabilidade do adquirente o pagamento do laudêmio quando necessário...Nos casos de arrematação em leilão público face constituir-se em forma de aquisição originária os bens serão adquiridos livres de quaisquer ônus ou gravames eventualmente existentes anteriormente à data de aquisição...Os leilões serão realizados pelo Bel. Péricles Weber de Almeida (91-9.9109.3900), Leiloeiro Público Oficial, matrícula PA-20050043986...Na ocorrência de quaisquer embarços a visitação do bem, o interessado deverá comunicar o fato ao Juiz de execução; 8) Após a confecção do Auto de Arrematação, que será lavrado de imediato, será assinado esse pelo Adquirente ou por seu Procurador formalmente constituído, pelo Leiloeiro e ao fim, somente após comprovados os tempestivos pagamentos das garantias prestadas pelos arrematantes como também recolhidos os valores devidos ao leiloeiro, pelo Juiz da Vara Cível da Comarca de Óbidos-PA...O pagamento da arrematação, ou de sua 1ª parcela se o caso, será efetuado pelo arrematante ao Leiloeiro imediatamente após a assinatura do Auto pelo adquirente...Não serão aceitas desistências pelo adquirente ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital para se eximir das obrigações geradas...1.1.3) Não honrado pelo Arrematante o seu lance efetuando os depósitos...será encaminhada comunicação ao Ministério Público Federal para adoção das providências cabíveis...Lances não registrados e/ou não conhecidos no leilão por recusa do leiloeiro, queda de conexão do sistema e/ou de internet, não garantem direitos aos licitantes, tendo em vista que a participação eletrônica está sujeita aos riscos naturais, às imprevisões, e às intempéries. **Advertências Especiais:** A) não se inclui no valor do lance a comissão do Leiloeiro, a qual será paga diretamente ao mesmo pelo adquirente/remiteante, ao final do leilão e à vista...C) Caberá às partes e aos envolvidos a seguir descritos arcar com a comissão ao Leiloeiro equivalente ao percentual de cinco por cento se veículo ou imóvel urbano situado na Capital, oito por cento se imóvel rural, semoventes ou imóvel urbano situado em comarca do interior do Estado do Pará, e dez por cento para os demais bens, calculada sobre o valor atribuído a cada bem na última avaliação, após atualizada monetariamente, mais as quantias que o Leiloeiro tiver desembolsado para a consecução do encargo...quais sejam...C.3) ao Arrematante, ou a seu fiador se o caso; D) o adquirente arcará também com as custas no importe de três por cento sobre o valor da arrematação/adjudicação/alienação, até o limite de R\$ 1.365,51 estabelecido na tabela de custas/TJE-PA, e deverá o adquirente apresentar também a prova de quitação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis/ITBI junto à Prefeitura Municipal da situação do bem; E) Correrão por conta do adquirente as eventuais despesas e custos relativos à transferência patrimonial do bem arrematado...**INTIMAÇÃO:** 1) Pelo presente, ficam intimados o Executado, o(s) seu(s) sucessor(es) se o caso, o(s) corresponsável(es), e os credores regularmente averbados, Anticrético(s), Pignoratício(s) ou Fiduciário(s), o(s) Senhorio(s) Direto, o(s) Condomínio(s), o(s) Usufrutuário(s), o(a) Locatário(a), os Confrontantes, os respectivos cônjuges/companheiros se o caso e se houver, nat(s) pessoa(s) de seu(s) respectivo(s) representante(s) legal(ais), o(s) Promitente(s) Comprador(es), o(s) Promitente(s) Vendedor(es), o(s) Enfiteuta(s), o Concessionário de uso especial para fins de moradia, o Concessionário de direito real de uso, o Administrador Provisório do Espólio se o caso, o(s) sucessor(es) se o caso, o(s) Arrendatário(s), os eventuais ocupantes, o(s) coproprietário(s), a União/SPU, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado ou com desapropriação por interesse público, o executado revel, de todos os termos deste Edital...Por meio do presente edital, dá-se ciência que tudo aquele que tentar impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito a penalidade prevista no art. 358 do Código Penal, sem prejuízo da reparação do dano na esfera cível. Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão independentemente de prévia comunicação...E para que chegue ao conhecimento do executado e dos terceiros interessados e não possam, no futuro, alegar ignorância a respeito, será o presente Edital publicado na forma da Lei e afixado na íntegra no lugar de costume. **DADO E PASSADO** nesta cidade de Óbidos, Estado do Pará, em 08 de julho de 2021. Eu, Salete Cardoso Tenório Pedrosa, Diretora de Secretaria da Vara Única da Comarca de Óbidos, digitei e o subscrevi... 1-) Processo: 00000836019998140035 (1999.1.000012-5), e apenso: 0000446119998140035 (Ações de Execução Fiscal) Exequente: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (Processo Administrativo/Nº de Inscrição: 322507308, Co-responsável: Maria Ida da Silva Mouzinho, CPF: 039.950.382-04; CDA's nº: 32.250.730-8 e outras (v. fls. 84). Procurador da PGFN: Rafael Antunes Silva Mota Executado: Mundial Exportadora Comercial Ltda EPP (CNPJ: 15.741.077/0001-90; Representante: Abraham Fortunado Chocrón, CPF: 311.823.482-20). Advogado: Francisco Raul Dias Palha; OAB/PA 18.852 (CPF: 021.077.322-72. **DESCRIÇÃO** do bem: imóvel rural de terras firmes e várzeas, denominado "São Raimundo", situado à margem do Rio Branquinho, zona do Rio Branco, município e Comarca de Óbidos, Estado do Pará, medindo mil e quinhentos metros de frente por mil e quinhentos metros de fundos (225 hectares), sendo duzentos e vinte e cinco hectares de campo artificial para criação de gado, plantado com capim colômbio, braquiária e capim-elefante, com maior parte cercado com achas de Massaranduba e arame farpado em quatro fios; uma casa construída de madeira-de-lei, coberta com telhas tipo Brasilit, paredes embebedadas e rebocadas, com piso cimentado, contendo três compartimentos, com três portas e duas janelas de frente e cozinha com dois compartimentos; diversas árvores frutíferas, limitando-se pela Frente ou Leste com o Rio Branquinho; pelo lado direito ou Sul, com o imóvel de Chocrón & Cia; pelo lado esquerdo ou Norte, com terras de Manoel Souza; e pelos fundos ou Oeste, com o Igarapé Açaiado; cadastrado no INCRA sob o código nº 04.1.050.014.893, com área total de 225,00 hectares. Módulo de 99,5 hectares e FMP 99,5 hectares. Registrado sob a matrícula nº. 258, ficha: 258, livro 2-A e fls. 156 do livro 2-B, do Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Óbidos-PA/Tabelionato Santa Maria. O imóvel eventualmente está ocupado. Fiel Depositário: Abraham Fortunado Chocrón...Localização (seg. A. P/Av., OJ Francelino J.C.P.A., fls. 90 /369592007): situa-se à margem direita do Ramal da Escolinha (estrada: Óbidos-Flexal), zona do Rio Branco, cujo pórtico principal de entrada no imóvel fica em frente ao Ramal do Dorinho; o campo de pasto em si possui uma área de aproximadamente 160,00 hectares, comportando um rebanho de até aproximadamente 400 (quatrocentos) animais do gado bovino e o restante (65 hectares) da área do terreno é de reserva de preservação ambiental. Até à data de expedição (06.jul.2021) da derradeira certidão imobiliária que há nos autos, sobre a matrícula deste imóvel constam ainda as seguintes averbações/registros: a) conforme R-4-0258, hipoteca de 1º grau em favor do Banco da Amazônia S/A, agência Óbidos-PA, referente a Cédula Rural Pignoratícia/Hipotecária FCR-ME-119-03-0020/3 na qual o imóvel foi pelo BASA avaliado em R\$ 70.390,00 como Garantia Hipotecária em 20.ago.2003 a empréstimo de R\$ 144.214,00 com vencimento em 10.dez.2004; b) conforme AV-5-0258, averbação de indisponibilidade expedido nos autos do processo de Execução Fiscal nº 2000600169-2 em que é exequente INSS e executados: Mundial Exportadora Ltda, Maria Ida da Silva Mouzinho, e Abraham Fortunado Chocrón, conforme Sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito em exercício da 2ª Vara da Comarca de Óbidos, Dr. Antônio Jairo de Oliveira Cordeiro, na Ação Cautelar Fiscal em 04.08.2004; c) conforme R-5-0258, penhora judicial decorrente da ação de Execução Fiscal 2007.1.000251-6 (Vara Única da Comarca de Óbidos; atual CNJ: 00003695920078140035) em que é exequente a Fazenda Nacional e executado: Mundial Exportadora Comercial Ltda para assegurar pagamento de dívida no valor de R\$ 241.468,19 acrescida de atualização monetária, juros, custas, e despesas processuais; d) conforme R-6-0258, penhora judicial decorrente da ação de Execução Fiscal 00052704520148140035 (Vara Única da Comarca de Óbidos-PA) em que é exequente INSS e executada Mundial Exportadora Comercial Ltda cujo o valor da dívida é R\$ 1.476.735,28; e) conforme R-7-0258, penhora judicial decorrente da ação de Execução Fiscal 00052704520148140035 (Vara Única de Óbidos-PA) em que é exequente Fazenda Nacional e executado Mundial Exportadora Comercial Ltda EPP cujo o valor da dívida é R\$ 424.090,64; f) conforme R-8-0258, penhora judicial decorrente da ação de Execução Fiscal 00048945920148140035 (Vara Única de Óbidos-PA) em que é exequente Fazenda Nacional e executado Mundial Exportadora Comercial Ltda EPP cujo o valor da dívida é R\$ 229.086,41. Valor da dívida em 08.06.2016 desse processo em leilão (fls. 85): R\$ 1.833.948,07 (um milhão oitocentos e trinta e três mil novecentos e quarenta e oito reais e sete centavos), a ser atualizada até a data do efetivo pagamento. Além desta penhora e registros/averbações supra discriminadas inexistem nos autos, até à presente data, outro ônus, recurso ou processo pendente sobre os bens a serem leiloados.

**DR. ODINANDRO GARCIA CUNHA**

**Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Óbidos-PA**